

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 009, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

“Altera a Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que autoriza o pagamento parcelado da dívida ativa junto à Fazenda Pública Municipal e dá outras providências”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo Único. Para efeitos desta Lei, fica instituído o parcelamento de débitos decorrentes da cobrança do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, da Taxa de Coleta de Lixo, do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimentos de Qualquer Natureza e Manutenção do Cadastro Mobiliário e dos honorários advocatícios, devidos em razão de processo judicial ajuizado pelo Município, bem como dos créditos decorrentes de multas tributárias, inscritos em dívida ativa junto à Fazenda Pública Municipal.”

Art 2º Fica alterado o Título II da Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“DO PARCELAMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DA TAXA DE COLETA DE LIXO”

Art 3º Fica alterado o artigo 5º da Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O parcelamento dos débitos provenientes do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ora instituído, será em parcelas consecutivas e mensais, obedecendo as seguintes modalidades:

I- Para valores até R\$ 500,00 (quinhentos reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 10 (dez) parcelas;

II- Para valores acima de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e até R\$ 1.000,00 (um mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 20 (vinte) parcelas;

III- Para valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) e até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 25 (vinte e cinco) parcelas;

IV- Para valores acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e até R\$ 3.000,00 (três mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 30 (trinta) parcelas;

V- Para valores acima de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 45 (quarenta e cinco) parcelas;

VI- Para valores acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas.

Parágrafo único. O valor mínimo das parcelas provenientes do parcelamento de que trata este título, não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).”

Art 4º Fica alterado o Título III da Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“DO PARCELAMENTO DO ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VISTORIA DE ESTABELECIMENTOS DE QUALQUER NATUREZA E MANUTENÇÃO DO CADASTRO MOBILIÁRIO E DE CRÉDITOS DECORRENTES DE MULTAS TRIBUTÁRIAS”

Art 5º Fica alterado o artigo 7º da Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O parcelamento dos débitos provenientes do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e dos créditos decorrentes de multas tributárias, ora instituído, será em parcelas consecutivas e mensais, obedecendo as seguintes modalidades:

I- Para valores até R\$ 1.000,00 (um mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 10 (quinze) parcelas;

II- Para valores acima de R\$ 1.000,00 (um mil reais) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 20 (vinte) parcelas;

III- Para valores acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 30 (trinta) parcelas;

IV- Para valores acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas;

V- Para valores acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas;

Parágrafo único. O valor mínimo das parcelas provenientes do parcelamento de que trata o caput deste não poderá ser inferior a R\$ 100 (cem reais).”

Art 6º Fica alterado o artigo 8º da Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O parcelamento dos débitos provenientes da Taxa de Fiscalização ou Vistoria de Estabelecimento de Qualquer Natureza ora instituído, obedecerá as seguintes modalidades:

I- Para valores até R\$ 500,00 (quinhentos reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 10 (dez) parcelas;

II- Para valores acima R\$ 500,00 (quinhentos reais), poderá ser efetuado o parcelamento em até 30 (trinta) parcelas.

Parágrafo único. O valor de cada parcela de que trata o *caput* deste artigo, não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).”

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de janeiro de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 009, de 16 de janeiro de 2015, que ***“Altera a Lei Municipal nº 2.252, de 13 de dezembro de 2005, que autoriza o pagamento parcelado da dívida ativa junto à Fazenda Pública Municipal e dá outras providências”***.

A presente proposta de alteração da Lei Municipal nº. 2.252, de 13 de dezembro de 2005, visa adequar e ampliar a aplicação da referida lei de parcelamento de débitos, junto a Fazenda Municipal, permitindo a inclusão de parcelamento de créditos relativos a multas tributárias e reestabelecer novos valores mínimos para parcelamento.

Esta proposta vem atender aos inúmeros pedidos de parcelamento de créditos provenientes multas, solicitados por empresários e contabilistas do Município. Com esta previsão de parcelamento de multas tributárias, a Administração Municipal, poderá deferir os pedidos de parcelamento de multas aplicadas às empresas que pretendem regularizar seus débitos com a Secretaria Municipal da Fazenda e solicitarem suas respectivas Certidões Negativas de Tributos Municipais, neste caso específico, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

Verificaram-se nos últimos meses da aplicabilidade da declaração eletrônica do ISSQN, inúmeras multas, que resultarão em um aumento do estoque da Dívida Ativa. Neste sentido a Secretaria Municipal da Fazenda, poderá dar mais opções de parcelamento aos tributos existentes em consonância com a realidade econômica do Município, principalmente com os empresários de pequeno porte e demais segmentos empresariais com menor capacidade econômica. Ficam também estabelecidos novos prazos e parcelas mínimas, mais adequadas à realidade atual e aos custos de arrecadação em relação ao alto número de inadimplência em parcelamentos de longo prazo.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a esse projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal